

XXIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT: Biografia e Memória Social.

Segunda Sessão: Memória Política: Passado e Presente

Trabalho: “*Memória e História: Estudos de Caso no Brasil e na Argentina*”.

99 GT 0124

Maria Paula Nascimento Araujo (IFCS/UFRJ)
e Ludmila da Silva Catela (IFCS/UFRJ)

Rio de Janeiro,
agosto de 1999

MEMÓRIA E HISTÓRIA: ESQUERDA ALTERNATIVA E IMPRENSA ALTERNATIVA NO BRASIL DOS ANOS 70.

Maria Paula Nascimento Araujo

Eu venho desenvolvendo, há alguns anos, no Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO), no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), uma linha de pesquisa intitulada “**Práticas e Representações da Esquerda Contemporânea**”- que focaliza movimentos, grupos, partidos e organizações de esquerda no Brasil e no mundo. Neste Laboratório nós temos, como uma atividade permanente, envolvendo alunos de graduação e pós-graduação, a organização de dois acervos de documentação sobre a esquerda brasileira durante o regime militar: um acervo de História Oral, intitulado “*Memórias de Esquerda*”, que reúne entrevistas e depoimentos de militantes políticos das décadas de 60, 70 e 80; e um acervo de Imprensa Alternativa, que reúne exemplares de vários jornais como “Opinião”, “Movimento”, “Em Tempo”, “Versus”, “Voz da Unidade”, “O Companheiro”, alguns jornais da chamada “Imprensa Negra” e da imprensa feminista.

Com estes acervos eu realizei a pesquisa de minha tese de doutorado em Ciência Política, defendida no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), no final do ano passado (1998), intitulada “*A Utopia Fragmentada: Novas Esquerdas no Brasil e no Mundo na Década de 70*”

Este trabalho, portanto, é parte de minha tese de doutorado e da reflexão que venho realizando com os dados dos acervos do Laboratório de Estudos do Tempo Presente.

Eu venho procurando fazer uma reflexão sobre o impacto de determinadas conjunturas na vida das pessoas que as viveram - especialmente as conjunturas de ausência de democracia. Neste sentido, as entrevistas do acervo “*Memórias de Esquerda*” são extremamente interessantes. Nosso objetivo mais preciso é verificar como uma determinada geração vivenciou a conjuntura repressiva do regime militar (entre os anos 60 e 70) e como participou do processo de redemocratização política do país (ocorrido entre os anos 70 e 80). Para tanto, nós estamos trabalhando com grupos de pessoas que tiveram, neste período,

uma atuação comum em torno de algum movimento ou organização política – grupos de pessoas organizadas e relacionadas entre si. Esta metodologia segue a proposta de Franco Ferraroti.¹, que sugere a realização de “biografias coletivas” para a compreensão de uma época. Para Ferraroti o método biográfico, aplicado às Ciências Sociais, deveria ser utilizado no plural e não para um único indivíduo. O método biográfico utilizado para um indivíduo, para a elaboração de biografias individuais, esconderia um equívoco: a idéia do indivíduo como átomo social, como unidade básica da sociologia. Na verdade, o indivíduo não é este elemento mais simples. Ao contrário, o indivíduo enquanto tal, é uma síntese complexa de várias relações. A unidade mais básica da sociologia seria, então, o grupo social – um grupo básico que tivesse estabelecido entre seus membros, relações de troca, de sociabilidade, de interação. Seu método sugere, portanto, a construção de biografias de grupo: múltiplas histórias de vida que se cruzam e se interpenetram, que se complementam ou que se opõem mas que se inscrevem, todas, dentro dos limites e das possibilidades de uma dada época

Para realizar esta reflexão sobre trajetórias pessoais, história e política escolhemos um grupo heterogêneo de militantes, extremamente característico dos anos 70: militantes e jornalistas atuantes em jornais e publicações da “Imprensa Alternativa”.

A “imprensa alternativa” foi um tipo de publicação muito característica dos anos 70: eram jornais de formato tablóide ou semi-tablóide, de oposição ao regime, que se moviam num universo entre o legal e o ilegal. Eram, muitas vezes, porta-vozes de organizações políticas clandestinas ou de movimentos sociais. Outras vezes, representavam grupos independentes de vários matizes: movimentos de minorias políticas, grupos de intelectuais, movimentos artísticos. Em todos os casos, ela representou, para muitas pessoas, uma possibilidade de atuação política legal (ou pelo menos, semi legal), essencialmente não clandestina. Num momento em que a opção de luta armada de uma parte da esquerda brasileira era derrotada (nos primeiros anos da década de 70), a imprensa alternativa representou, também, um esforço, por parte desta esquerda, de voltar a falar para círculos mais amplos, de ampliar a discussão política e de dar maior visibilidade às suas propostas de luta contra o regime. Há um belo livro sobre a imprensa alternativa escrito por Bernardo

¹ Franco Ferraroti, “Histoire et Histoires de Vie”, Librairie des Méridiens, Paris, 1983.

Kucinski, que nos serviu de referência em toda nossa pesquisa e que eu não gostaria de deixar de mencionar aqui: “*Jornalistas e Revolucionários. Nos Tempos da Imprensa Alternativa*”.² Creio que é um dos trabalhos mais completos sobre o tema.

A imprensa alternativa foi especialmente significativa para um determinado momento da vida do país: o processo de abertura política “lenta, gradual e segura” iniciado pelo Presidente Geisel.

De um lado a derrota da luta armada e o redirecionamento das esquerdas brasileiras para uma atividade política legal, mais ampla e mais visível. De outro, o projeto do próprio regime (ou pelo menos de setores expressivos dentro dele) de promover uma “distensão” política. Estes dois elementos constituíram a década de 70 como uma conjuntura especial, “em trânsito”, onde a ação política oscilava entre o legal e o ilegal, o visível e o clandestino, a repressão arbitrária e a legalidade. Neste terreno oscilante o regime e os setores oposicionistas da sociedade disputavam, palmo a palmo, os espaços de atividade política, os lugares públicos da cidade, as praças, as ruas e bancas de jornais e, principalmente, a opinião pública do país. Os jornais de imprensa alternativa, vendidos ora em bancas, ora de mão em mão, eram instrumentos de ação e de voz importantes para a oposição e para as esquerdas brasileiras.

Gostaria de destacar aqui dois tipos de jornais alternativos: jornais de esquerda e jornais ligados a movimentos sociais específicos ou de minorias políticas.

Os jornais de esquerda eram publicações influenciadas direta ou indiretamente pelos partidos e organizações políticas de esquerda, que na época, se encontravam na clandestinidade. Impossibilitados de fazer circular seus órgãos oficiais de divulgação de pensamento, opinião e crítica ao regime, muitos destes partidos e destas organizações utilizavam-se de jornais que não eram oficialmente partidários, como “braços legais” para expressão de suas posições. Nem todos os que trabalhavam nestes jornais eram militantes políticos organizados mas a orientação política fundamental era dada pela organização - ou pela frente de organizações - que sustentava e animava ideologicamente o projeto daquela publicação. As mudanças na linha editorial do jornal refletiam, basicamente, as mudanças na linha política da organização. Algumas vezes, quando o jornal representava a expressão legal não de uma mas de uma frente de organizações, sua trajetória exprimia as oscilações

² Bernardo Kucinski, “*Jornalistas e Revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*”. SP, Scritta, 1991.

políticas internas desta frente. Entre os principais jornais alternativos de esquerda, podemos citar O PASQUIM, OPINIÃO, MOVIMENTO, VERSUS, EM TEMPO.

Ao lado desta imprensa alternativa de esquerda que reunia jornalistas independentes, militantes políticos e intelectuais, um outro tipo de publicação alternativa se fazia igualmente importante: eram os jornais ligados aos movimentos sociais. Estes jornais, em sua maioria, não eram elaborados por jornalistas, nem por militantes organizados mas por pessoas diretamente vinculadas aos movimentos sociais que buscavam representar. Era deste tipo a imprensa feminista, a chamada “imprensa negra”, os jornais do movimento estudantil, as publicações voltadas para a defesa da causa indígena, os jornais de grupos homossexuais, os jornais de bairro, etc. No meio desta diversidade, um tipo específico merece destaque por sua importância política: os jornais ligados a movimentos de minorias políticas (mulheres, negros e homossexuais). Esta imprensa representava uma novidade em relação aos outros tipos de publicação existentes -- mesmo a imprensa alternativa de esquerda. Ela vinculava-se a movimentos de novo tipo, recém-surgidos no cenário brasileiro, sob influência de idéias internacionais. Esforçando-se para se fazer presentes na vida política do país, estes movimentos criavam seus próprios jornais. Jornais que funcionavam não apenas como porta-vozes de seus interesses e de suas posições mas que, na maioria das vezes, representavam o principal espaço de organização de seus militantes e de formulação de sua política e de sua visão de mundo. A imprensa feminista, a chamada “imprensa negra” e a imprensa homossexual tiveram papel fundamental na constituição e no desenvolvimento dos movimentos feministas, negros e homossexuais do Brasil dos anos 70/80.

Entre os jornais de esquerda vou utilizar VERSUS e EM TEMPO. Entre os do segundo tipo, trabalharei com a chamada “imprensa negra” e com a imprensa feminista. Procurarei estabelecer comparações entre os jornais e tipos de jornalistas e militantes que neles atuaram – utilizando, para tanto, uma análise dos próprios jornais (editoriais, reportagens, artigos de fundo) e depoimentos de alguns de seus jornalistas e militantes. Todo este material se encontra nos acervos “*Memórias de Esquerda*” do **Laboratório de Estudos do Tempo Presente** (IFCS/UFRJ).

“VERSUS”

Das publicações alternativas da década de 70, o jornal VERSUS, apesar de sua curta vida foi das experiências mais interessantes. Foi fundado em 1975, numa conjuntura política “dura”, ainda bastante marcada pela repressão. O período mais expressivo do jornal se deu entre 1975 e o final de 1977, quando criou uma linguagem e uma expressão própria, representativa de um certo clima intelectual da época. Apesar de já estar em curso o projeto de distensão política do presidente Geisel, este período foi marcado por ações violentas contra os contestadores do regime. A descoberta de uma gráfica do PCB em São Paulo iniciou uma escalada de repressão aos comunistas (de todos os partidos e organizações) em todo o país. Em outubro de 1975 o jornalista Vladimir Herzog foi encontrado morto em sua cela, no CODI (Centro de Operações para a Defesa Interna); em janeiro de 1976 morreu, nas dependências do II Exército, o líder operário Manuel Fiel Filho; no mês de abril a estilista Zuzu Angel, que fazia uma campanha pública de denúncia da morte de seu filho, Stuart Angel Jones, morreu num acidente de carro considerado suspeito. Em agosto explodiu uma bomba no prédio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e outra foi encontrada na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - em ambos os locais foram encontrados panfletos da Aliança Anticomunista Brasileira se responsabilizando pelos atentados. Em setembro de 1977 a Polícia Militar e agentes do DOPS invadiram a PUC de São Paulo para impedir a realização do III Encontro Nacional de Estudantes. Na operação algumas estudantes tiveram o corpo queimado por ação das bombas que a polícia lançou³. Esta conjuntura ainda fortemente marcada pela violência do regime, por prisões ilegais e pela tortura influenciou a linguagem e a estética de VERSUS. O jornal buscava uma forma de expressão que representasse, justamente, o terror e a angústia da época. Por outro lado, VERSUS, intelectualmente, era mais próximo dos ares do maio de 68 francês, encarando a política como uma manifestação estética. A fusão destes dois elementos resultou num jornal que pretendia responder à violência e à repressão política através de uma estética que buscava representar o terror de uma época e operar com esta representação. Os temas escolhidos, sua abordagem e a própria apresentação gráfica do jornal seguiam esta direção. VERSUS buscava, também, ser uma alternativa à esquerda tradicional. Combatia o comunismo pró-soviético do PCB e manifestava simpatia pelas idéias de Trotsky. Embora

não tivesse ligações orgânicas com partidos trotskistas (pelo menos até o final de 1977), o jornal VERSUS valorizava toda uma tradição dissidente da cultura marxista, da qual faziam parte Trotsky e Rosa de Luxemburgo. VERSUS se tornou representativo de uma geração que buscou, durante os anos 70, caminhos alternativos não só na política mas, também, na cultura e na arte.

O maior representante do jornal foi, sem dúvida, o jornalista Marcos Faerman (falecido recentemente) – seu idealizador e editor até 1977. Gaúcho, judeu, socialista, culto, simpático ao trotskismo e admirador, na juventude, de um outro gaúcho, líder importante da política brasileira – Leonel Brizola.. Todas estas influências intelectuais de seu editor marcaram o jornal: eclético, intelectualmente sofisticado, “antenado” às novas correntes filosóficas da Europa, extremamente crítico em relação às teses e sobretudo às posturas do comunismo tradicional. O jornal dedicava grande atenção ao pensamento de filósofos como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, reproduzindo seus textos e publicando longas entrevistas com estes pensadores. Dava grande importância à arte e à dimensão estética: combatia a “arte comercial” mas, também, a “arte didática” e a “arte – propaganda” da esquerda tradicional. Em seu lugar valorizava tanto a “arte experimental” das vanguardas como a “arte popular”. Procurava construir uma “estética da resistência” – cujos elementos principais eram a dor, o medo e a angústia

Em sua apresentação, VERSUS gostava de misturar formas literárias, jornalísticas e artísticas: textos literários, contos, poesias, reportagens de denúncia, longas entrevistas que destacavam as emoções e a subjetividade do entrevistado. Mas também: desenhos, fotos, *charges*, histórias em quadrinhos. A iconografia era vista como um signo em si e não apenas como suporte do texto escrito. O jornal procurava desenvolver uma linguagem visual-iconográfica que pudesse ser tão eloqüente quanto a linguagem escrita.

Mas o grande tema de VERSUS era a América Latina. Nos diversos números que lançou entre 1975 e o final de 1977 (quando foi tomado pelos trotskistas da Convergência Socialista que mudaram seu perfil), VERSUS construiu uma galeria de referências políticas, intelectuais e artísticas latino-americanas, conjugando mitos e heróis antigos com pensadores, artistas, intelectuais e revolucionários contemporâneos. Na época o jornal ajudou a criar um sentimento de identidade latino-americana, que passava pelo fato de que

³Uma cronologia política do período compreendido entre 1974 e 1985 pode ser encontrada no livro “A Volta

um grande número de países da América do Sul encontrava-se sob regime de ditadura militar. Desta galeria faziam parte: Júlio Cortázar, Pablo Neruda, César Vallejo, Eduardo Galeano, Víctor Jara, Gabriel Garcia Marques, Jose Maria Arguedas, Paulo Freire, o grupo de música Tarancon, Augusto Boal, José Celso Martinez Correia, Darcy Ribeiro, Salvador Allende, Octávio Paz, Ernesto Sábato, Lezama Lima, Carlos Fuentes, “Che” Guevara e, também, Emiliano Zapata, José Marti, Tupac Amaru. A África era vista como parceira e irmã da América Latina. Os líderes das revoluções das antigas colônias portuguesas entravam nesta galeria de referências e heróis cultuada pelo jornal. Eram publicados escritos e poemas de Agostinho Neto, Amílcar Cabral e do Padre Ernesto Cardenal.

Alternando crônicas e textos de escritores consagrados com relatos de pessoas absolutamente anônimas; exemplares inteiramente baseados na imagem com a reprodução de longas reportagens, entrevistas e depoimentos que valorizavam as emoções; e construindo um temário em torno da América Latina (e, secundariamente, da África) - o jornal falava, essencialmente, de angústia, exclusão, minorias, Igreja, arte, índios, política, resistência.

O melhor exemplo da proposta editorial do jornal e de sua visão estética e dramática da política é a publicação do texto “Diário de Minha Morte”⁴ – uma série de cartas do escritor peruano José Maria Arguedas, na qual discute com detalhes sua decisão de suicidar-se. A morte de Arquedas, em 1969, foi emblemática para a cultura latino-americana. O escritor tinha como primeira língua o quéchuá, idioma dos índios peruanos, e sua trágica morte anunciada era vista como uma metáfora do esmagamento da cultura indígena na América Latina. “Diário da Minha Morte” é o texto de um suicida em que sua angústia e morbidez é posta a nu:

“Em abril de 1966, há pouco mais de dois anos, tentei me suicidar (...)E agora estou outra vez portas do suicídio. Porque, novamente, me sinto incapaz de lutar bem, de trabalhar bem. E não desejo, como em abril de 66, me converter num enfermo inepto, uma testemunha lamentável dos acontecimentos (...) Hoje tenho medo, não da morte propriamente, mas da maneira de encontrá-la. O revólver é seguro e rápido, mas não é fácil consegui-lo. Resulta-

aos Quartéis”, de Glaucio Ary Soares e outros, Relume Dumará, RJ, 1995.

me inaceitável o doloroso veneno que usam os pobres em Lima para se suicidar e não me lembro do nome desse inseticida neste momento”.

A vida de Arguedas foi marcada pelo sentimento de inferioridade e rejeição decorrentes de sua origem indígena. Um fato, acontecido em sua infância, é mencionado diversas vezes no “Diário”.

“(…) eu era o mesmo menino, o mesmo pequeno que quis morrer num milharal do outro lado do rio Huallpamayo, porque don Pablo (o senhor do povoado) me atirou na cara o prato de comida que a Facundacha havia me servido! Mas, também ali, no milharal, fiquei apenas dormindo até a noite”.

A experiência de humilhação e impotência, vivida pelo menino índio, acompanhou o escritor até o último de seus dias, como uma notificação dolorosa da impossibilidade de ser aceito como igual por uma cultura marcadamente branca e européia. A marginalidade deste autor índio e indigenista o levou a um impasse e a um isolamento que terminou em seu suicídio. Os últimos trechos do Diário, escritos em outubro, pouco antes de sua morte, são o testemunho deste impasse:

“Lutei contra a morte ou creio haver lutado contra a morte, muito de frente, escrevendo este entrecortado e queixoso relato. Eu tinha poucos e débeis aliados, inseguros; os dela venceram. São fortes e estavam bem resguardados por minha própria carne. Este desigual relato é a imagem desta desigual luta”.

No dia 28 de novembro de 1969, Jose Maria Arquedas deu um tiro na cabeça, agonizou durante quatro dias e morreu a 2 de dezembro. Para VERSUS, Arguedas era o intelectual símbolo da América Latina.

A partir de 1977 VERSUS foi tomado de assalto por militantes da Convergência Socialista que lhe alteraram as características. Faerman deixou a redação. E a equipe de intelectuais, jornalistas, desenhistas e fotógrafos que compunha o jornal e lhe dava o tom de uma publicação não apenas alternativa mas, principalmente, de vanguarda, foi substituída

⁴ VERSUS, N.1, outubro/75.

por militantes organizados que transformaram o jornal em um órgão porta voz das posições da Convergência Socialista no Brasil. Muitos dos antigos jornalistas de VERSUS se dirigiram para outras publicações alternativas. Após a efetiva abertura do regime, em meados da década de 80, muitos passaram (ou voltaram) a atuar na grande imprensa, se transformando, inclusive, em jornalistas de sucesso.

“EM TEMPO”

Já o jornal EM TEMPO, lançado no final de 1977, vivenciou uma conjuntura política diferente: os primeiros momentos da “transição”. Um período marcado pelo arrefecimento da violência do regime e pelo crescimento da oposição e do movimento popular. A linha mais “dura” do governo já havia sido derrotada com a demissão do Ministro do Exército Sílvio Frota., em outubro de 1977. Em maio de 1978 ocorreu a primeira greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em São Paulo, após anos de paralisia do movimento operário. Em outubro do mesmo ano, foi promulgada a Emenda Constitucional n. 11 que declarava extinta a autoridade presidencial de fechar o Congresso, cassar parlamentares ou privar cidadãos de seus direitos políticos, restabelecia o *habeas-corpus*, suspendia a censura prévia aos meios de comunicação, abolia as penas de morte e prisão perpétua e restaurava a independência do Judiciário. Nas eleições parlamentares de 1978 o MDB obteve expressiva votação. No dia 1 de janeiro de 1979 foi extinto o Ato Institucional N. 5. Ao longo de todo ano o movimento dos metalúrgicos do ABC paulista cresceu e tornou-se referência geral para o movimento popular de todo o país. No dia 28 de agosto de 1979 foi decretada a anistia pelo governo Figueiredo e, no mês seguinte, muitos exilados e foragidos políticos começam a voltar para o Brasil. O jornal EM TEMPO beneficiou-se de um clima de maior legalidade e maior liberdade. Os temas que o jornal aborda eram, portanto, os temas da transição: eleições, constituinte, sindicatos; com abertura para uma agenda de questões internacionais, como o eurocomunismo e a questão das minorias políticas.

Diferentemente de VERSUS, EM TEMPO era um jornal explicitamente vinculado a organizações e grupos políticos. Na verdade, ele nascera com o objetivo de ser um órgão de formulação e divulgação das propostas de uma determinada esquerda que reunia organizações dissidentes e independentes do PCB e que configuravam um campo que se auto-intitulava “Esquerda Revolucionária”. Deste campo faziam parte organizações como

APML (Ação Popular Marxista Leninista), POLOP (Política Operária), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado) - todas organizações críticas em relação à visão estratégica do PCB, considerada reformista, ou aos seus métodos, considerados conciliadores. A este campo vieram se juntar, para a realização do jornal, organizações trotskistas e alguns grupos independentes. O PCB e o PC do B não foram convidados a participar do empreendimento. EM TEMPO tinha por objetivo, explicitado em seus editoriais, a construção de uma alternativa socialista e revolucionária para o Brasil.

Diversamente de VERSUS, que privilegiava as dimensões cultural, estética e existencial, as matérias de EM TEMPO se voltavam, principalmente, para a análise e a formulação de propostas de intervenção no momento político contemporâneo (no plano imediato e no plano estratégico). A dimensão da política, propriamente dita, era a sua prioridade. Conjuntura e tática; a luta pelas liberdades democráticas; a construção da via socialista no Brasil; o surgimento no país de um “novo sindicalismo”, desatrelado do governo - estes eram os principais temas do jornal. Seguidos da discussão em torno do socialismo “real” - no qual eram abordados, criticamente, o socialismo soviético, as experiências do eurocomunismo e a trajetória do socialismo na China.

No jornal atuavam, principalmente, militantes políticos. Mais do que jornalistas, fotógrafos ou desenhistas eram os militantes políticos que davam o tom do jornal. Alguns saídos da clandestinidade, outros da prisão, muitos recém saídos do movimento estudantil, mas, a maioria vinculada explicitamente a alguma organização. A estes militantes se somavam jornalistas de oposição que também se perfilhavam – quando não aderiam formalmente – a algum dos grupos ou organizações que integravam a frente que compunha o jornal. EM TEMPO definia sua linha editorial em grandes assembléias. Na verdade, o jornal funcionava como se fosse um partido político. A concepção que o animava era, essencialmente, a concepção leninista de jornal: o jornal como órgão de propaganda das idéias do partido.

O problema, no entanto, é que não havia um único partido, mas sim vários grupos e organizações compondo uma frente não homogênea. Após um processo de sucessivos “rachas” e expurgos, o jornal se transformou, no início dos anos 80, na publicação oficial do grupo trotskista Democracia Socialista, perdendo com isso sua especificidade.

Para o historiador das idéias políticas que se voltar para estudar a esquerda brasileira, o jornal EM TEMPO é uma importante fonte para se compreender e avaliar a experiência da chamada “Esquerda Revolucionária” no Brasil - um conjunto de organizações que tentou se articular, primeiramente em torno de uma publicação clandestina, rodada no Chile, nos anos 70 (a revista “Brasil Socialista”); e, depois, em torno do jornal EM TEMPO. E que procurou se constituir como uma alternativa revolucionária e socialista para a realidade brasileira, distinta das propostas do Partido Comunista Brasileiro. A experiência desta esquerda, no Brasil, a meu ver, ainda não foi bem avaliada. O EM TEMPO é uma boa fonte para este estudo.

Após a mudança do jornal - que coincidiu com abertura política e a aceleração do processo de redemocratização do país, vivido ao longo dos anos 80 – a equipe de jornalistas de EM TEMPO (constituída principalmente de militantes organizados) se direcionou para outras frentes de atuação política: partidos, sindicatos, movimentos políticos.

A Imprensa Feminista.

Os principais jornais feministas brasileiros, durante os anos 70, foram *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* lançados, respectivamente, em 1975 e 1976. E, já na década de 80, *Mulherio*. Eles marcam o nascimento e o desenvolvimento de um feminismo moderno no Brasil, influenciado política e teoricamente pelo feminismo francês e, secundariamente, norte-americano. A forte influência do feminismo francês se explica pela presença, nestes jornais, de militantes políticas que retornavam ao país após exílio na França.

As mulheres que participavam destes jornais, em sua maioria, haviam tido algum tipo de ligação ou de participação em algum partido ou organização de esquerda. Eram jornalistas, estudantes universitárias, professoras, intelectuais, psicanalistas, ex-exiladas, militantes e ex-militantes políticas. Tinham bagagem marxista, experiência de atuação e militância de esquerda e, a grande maioria, nível universitário.

Brasil Mulher, *Nós Mulheres* e *Mulherio* eram jornais explicitamente feministas; que se diferenciavam de outros movimentos femininos - como o Movimento Feminino pela Anistia ou o Movimento contra a Carestia (encabeçado pelas donas de casa de periferia). Os jornais feministas afirmavam a especificidade da “questão feminina”, ou seja, a

existência de um conjunto de problemas que dizia respeito à condição das mulheres e que eram ignorados pelos espaços e instâncias tradicionais da política (geralmente masculinos), como partidos e sindicatos. Questões como creches e amparo à infância, violência contra a mulher, contracepção e aborto, conhecimento do próprio corpo e sexualidade, dupla jornada de trabalho, etc. eram sempre vistas como secundárias pelos programas e pelas plataformas eleitorais de partidos políticos e oposições sindicais. Tornar visível este conjunto de problemas era afirmar a especificidade da luta feminista. Esta concepção não via as mulheres apenas como participantes de um movimento geral de toda a sociedade – que era a visão dos citados Movimento Feminino pela Anistia e Movimento contra a Carestia. O feminismo pretendia ir além destes movimentos. Não buscava apenas mobilizar as mulheres para participarem da luta contra o regime militar, mas, principalmente, lutar pela emancipação da mulher, levantando problemas especificamente femininos.

Os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, traziam para si, nos anos 70, a tarefa de definir politicamente esta especificidade. Na verdade, os jornais funcionavam como espaços privilegiados para a construção de uma visão política alternativa pautada pelo feminismo. Eram nas reuniões plenárias dos coletivos dos jornais que se criava e se desenvolvia uma posição feminista brasileira. Os editoriais a expressavam. A maior parte dos editoriais de *Brasil-Mulher* e *Nós Mulheres* tinha a mesma preocupação: construir uma visão política que permitisse vincular o feminismo à realidade brasileira, à luta contra a ditadura e ao socialismo.

No número zero de *Brasil-Mulher*⁵ o Editorial declarava:

“Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana. (...) Finalmente, Brasil-Mulher deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio a batalhas, o Brasil vê surgir”.

Mas a importância maior da imprensa feminista no Brasil – como aliás no mundo todo – foi o que ela representou para a tentativa de construção de uma concepção política

⁵Brasil-Mulher, ano 1, n. 0, 1975.

alternativa que buscava unir o público ao privado; tornar político o que antes era considerado assunto pessoal, íntimo e subjetivo; valorizar e politizar emoções, sentimentos, relações pessoais e laços familiares; dar importância à transformação do cotidiano e às questões domésticas do dia-a-dia; falar de amor e de sexo, de dor e frustração, de alegria e esperanças individuais, dando importância às experiências pessoais, ao vivido e à troca dessas experiências. Articular a luta contra o regime à luta pelo socialismo e este ao processo de emancipação e realização das mulheres e de todos os seres humanos, com atenção às especificidades de cada um. Um editorial do jornal Nós Mulheres é um bom exemplo deste proposta:

“Se fazer política significa deixar que o “individual” se mantenha fragmentado, separado do “social” e esquecer que somos homens, mulheres, velhos, crianças, negros, brancos ou índios com os problemas específicos dessa diversidade, então, certamente, resultará daí apenas uma mudança parcial nunca uma verdadeira revolução” (NÓS MULHERES, março, 1978).

Já nos anos 80, o jornal Mulherio se volta para temas e campanhas mais pragmáticas. Mais do que se preocupar em construir uma concepção alternativa de política, o jornal investe na discussão de temas mais pontuais, na elaboração e propostas de políticas públicas, em iniciativas mais concretas como a criação de delegacias de mulheres e diversos projetos de creches comunitárias. Esta mudança se relaciona, de um lado, com o processo de redemocratização do país, que “despolitiza” a questão feminina (e feminista). E, por outro, com um processo de institucionalização do movimento feminista e das militantes feministas no Brasil. Se nos anos 70 atuavam nos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres militantes feministas – estudantes e jovens intelectuais; nos anos 80 atuam no jornal Mulherio, mulheres que já se consagraram como feminista e já ocupam um lugar na sociedade brasileira que vem de um processo de institucionalização de sua democracia. Não mais apenas militantes mas professoras universitárias com várias obras publicadas, intelectuais de renome, psicanalistas e jornalistas conhecidas. A imprensa feminista amadurece e segue o movimento de institucionalização de suas militantes.

A Imprensa Negra.

Os jornais dedicados à causa da emancipação dos negros e à luta contra o racismo, no Brasil, chamavam-se, a si próprios, de “Imprensa Negra”. Esta imprensa teve, para o movimento negro dos anos 70/80, o mesmo papel que a imprensa feminista teve para o movimento de mulheres do mesmo período. As salas de redação dos jornais eram o principal espaço para a formulação das posições políticas do nascente movimento negro brasileiro e as publicações da Imprensa Negra eram os principais veículos de divulgação destas posições. No entanto, a imprensa negra não teve a mesma regularidade da imprensa feminista. Seus principais jornais tiveram vida mais curta, às vezes ficando anos sem circular, sem periodicidade regular. Às vezes, uma publicação importante lançava apenas três números, com espaço de meses ou anos entre eles, e se constituía numa referência importante para o movimento. Esta característica apenas reflete as enormes dificuldades que a imprensa negra - e o próprio movimento negro - enfrentavam. Com muito menos recursos do que a imprensa feminista, menos articulação com entidades culturais, artísticas e acadêmicas (a não ser as entidades especificamente de cultura negra), menos nomes de artistas e intelectuais prestigiados e reconhecidos, a imprensa negra era uma imprensa mais *pobre*. Os jornais tinham menos recursos gráficos e menor número de páginas. Produzi-los e fazê-los circular era, sem dúvida, um grande esforço. Talvez por isso mesmo eles tenham se constituído o berço do moderno movimento negro que surgiu no Brasil, nos anos 70, sob a ditadura militar. Até hoje os jornais da imprensa negra são uma referência fundamental para o movimento negro brasileiro. Os três jornais mais importantes desta imprensa foram: SINBA, criado no Rio de Janeiro em 1977; TIÇÃO, lançado em Porto Alegre no ano seguinte e NÊGO, publicado já na década de 80, na Bahia. Destes talvez o mais importante tenha sido o jornal SINBA

SINBA era o órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil África. Era feito no Rio de Janeiro por um grupo de militantes negros sem vinculação com as organizações de esquerda. Deste fato resultou a construção de uma posição política original centrada na problemática do negro e do racismo no Brasil. SINBA elegia como principal referência política e cultural a África. A história dos negros no Brasil - a história do cativo e das revoltas de escravos - era extremamente valorizada. As revoluções das antigas colônias portuguesas na África eram, também, destaques nas páginas do jornal: Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e seus líderes representavam a principal

referência política do grupo que produzia o jornal. Mas o que realmente distinguia a posição política de SINBA era a crítica que faziam ao próprio movimento negro - ou, pelo menos, à orientação política que, tradicionalmente, entidades e associações negras teriam dado ao movimento, nos anos anteriores. SINBA criticava o que chamava de “elitismo” no movimento negro tradicional. Este elitismo seria uma determinada postura política que o movimento teria adotado nas décadas anteriores e que se voltava para a construção de uma “elite negra”. Esta crítica aparece logo no primeiro número do jornal, num artigo intitulado “Dois Passos à Frente”:

Nos últimos anos tem surgido várias organizações dirigidas por negros, todas tendo como princípio o combate à discriminação e ao preconceito racial, a exemplo das associações negras do final dos anos 40 e início da década de 50. (...) Os dirigentes das organizações do presente, como seus antecessores do passado, têm ainda como princípio, a formação de uma ‘elite negra’ e a ascensão social do negro como um fim. (...) Na realidade estas organizações negras nada mudaram no movimento negro atual, nem os métodos nem os objetivos. O movimento negro do momento continua elitista, restrito às organizações de cúpulas ou a grupos isolados. Afastados uns da nossa cultura, outros da nossa realidade. (...) E’ preciso romper a tradição elitista, através de uma posição crítica ao movimento negro atual. E isto só é possível com debates. Esta é a função deste jornal”.

SINBA ficou dois anos sem circular por falta de recursos. Mas, no início de 1979, ganhou do IPCN (Instituto de Pesquisa de Cultura Negra), uma sala, na Lapa do Rio de Janeiro, para sede do jornal que voltou à circulação em abril de 1979. A posição do jornal, crítica e combativa, continuava a mesma. No editorial do exemplar de agosto de 1979, intitulado “Imprensa Negra”⁶, podemos ler:

“Um jornal negro deve se dirigir à massa negra informando e não estar somente voltado para a sociedade branca, reivindicando. O debate dos problemas do negro deve ser uma constante, porque

⁶SINBA, anoII, n. 3, agosto/1979.

antes de tudo, um jornal negro deve ser um veículo mobilizador da massa negra”.

Para o jornal, transformar o movimento negro num movimento de massas permitiria escapar do vício do elitismo. Mas isso só poderia ser feito através da percepção de toda especificidade da questão racial no Brasil. Neste sentido, SINBA também era crítico em relação aos partidos e organizações de esquerda que, segundo ele, não compreendia em profundidade o problema do negro no Brasil

O grupo de ativistas cariocas - jornalistas e militantes pela causa negra - reunido em torno do jornal SINBA, foi responsável pela criação de uma posição política original: crítica em relação ao próprio movimento negro, a outros movimentos sociais e às organizações e partidos políticos, mesmo os de esquerda. Tentaram construir uma concepção própria do movimento negro como um movimento social, amplo, de massas. Procuraram forjar uma identidade positiva para a população negra brasileira, valorizando sua história e espelhando-se numa África que, na época, parecia mostrar a viabilidade de um caminho revolucionário. O grupo de militantes que se constituiu nesta experiência espalhou-se, depois, pelas diversas entidades criadas pelo movimento negro no Rio de Janeiro.



Estes são alguns dos personagens que animam a cena política dos anos 70: o intelectual que busca uma expressão política num jornal de esquerda; o militante de esquerda que busca num jornal legal uma atuação política não clandestina. Mulheres, muitas vezes militantes de organizações de esquerda ou oriundas delas, que buscam construir uma identidade específica e uma presença feminina na cena política. E negros que procuram, à margem dos debates das esquerdas organizadas, constituir um discurso político próprio. Não são mais os militantes clandestinos, armados, de alguns anos atrás. Ainda não são os políticos profissionais dos anos que virão, próprios de uma democracia

institucionalizada. São produtos – e, ao mesmo tempo, atores – de uma conjuntura de transição.

Referências Bibliográficas.

D'Araujo, Maria Celina; Soares, Gláucio Ary; Castro, Celso. “A Volta aos Quartéis. A Memória Militar sobre a Abertura”. RJ, Relume Dumará, 1995.

Ferraroti, Franco, “Histoire et Histoires de Vie. La méthode biographique dans les sciences sociales. Paris, Librairie des méridiens, 1983.

Kucinsky, Bernardo. “Jornalistas e Revolucionários. Nos tempos da Imprensa Alternativa”. SP, Scritta Editorial, 1991.

Jornais utilizados *:

VERSUS

EM TEMPO

Brasil mulher

Nós Mulheres

Mulherio

SINBA

* Todos os jornais pertencem ao acervo de Imprensa Alternativa do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO).